

no entanto, outra equipe já vinha entrando, a qual estava sendo guiada pelo Taveira. O soldado Silva atirou na Cristina, que morreu na hora. O comandante da operação chegou a criticar o soldado porque a guerrilheira estava desarmada e podia ser pega viva. O corpo da Cristina foi deixado largado, não foi enterrado e nem retirado nenhum pedaço para identificação. Nessa ocasião foi tirada a foto que foi objeto de reconhecimento anterior (...)"

Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, traz outras informações colhidas na mesma fonte: "José Veloso de Andrade, um cearense que sobrevivera à seca de 1932 e desmatava a região desde 68, soube o que aconteceu a Cristina: 'Ela morreu o seguinte: eles andava com uma equipe, a equipe do...chamavam ele Dr. Terra (...) Ai, toparam nela (...) Não foi combate, ela... (...) eles pressentiram o pessoal do Exército, ela correu (...) Um guia atirou nela. Era o Zé Catingueiro, atirou nela, deu chumbo, mas o chumbo era pequeno, e ela não morreu logo, mas ela morreu...A flor da subversão na boniteza".

Em vários outros depoimentos, no entanto, a versão é que Jana foi presa viva. Assim, um camponês que foi guia do Exército testemunhou: "Nós chegamos no 'sapão' (helicóptero) na cabeceira do Caiano. Nós estávamos acampados de tardezinha, todo mundo na folha, quando vimos aquela mulher vim tomando chegada. Ai os soldados alvoroçaram para atirar e o sargento falou com os soldados: 'Não atira não, deixa ver quem é primeiro'. Todo mundo ficou em ponto de tiro. Agora, eu não, eu não ficava em ponto de tiro. Ficava com a FAL de um jeito para não desconfiarem. Ai, ela chegou a uma distância como daqui aquele pauzinho ali. Ai pegaram e irradiaram para o Comando de Pontão na mesma hora. Ai o 'sapão' veio e pegou ela. Botaram dentro de um saco e botaram o saco dentro de uma caixa, de uma jaula, não sei o que era, e trouxeram para Xambioá...Eu só vi ela essa vez. ... Era ela mesma. Eu vi sim. Eles me mostraram a fotografia dela. Eles me mostraram idêntica que está neste retrato ai. É fotografia dela, pura. ... Foi bem no fim. Agora, eu não sei se eles mataram ela, se prenderam. Só sei que ela foi pega à mão. Eu vi bem, com esses dois olhos, aqui. Ela veio pedindo por tudo mesmo, chorando mesmo. Ela já estava nua. Roupa toda rasgada. Estava vestida de maiozinho e uma blusinha. Estava toda desprevenida, já".

Na mesma linha, segue o depoimento de José da Luz Filho, lavrador cujo pai ficou sete meses preso em Marabá: "A Cristina e o Nelito foram presos e levados pra Bacaba".

A mãe de Jana, Cyrene Moroni Barroso, visitou várias vezes a região do Araguaia e recorreu aos poderes públicos na busca de informações sobre o paradeiro da filha. Segundo depoimentos colhidos por sua mãe, Jana foi presa e levada para Bacaba, na rodovia Transamazônica, onde operava um centro de torturas. Segundo os moradores da região, na localidade também existe um cemitério clandestino. Conforme o relato de sua mãe, Jana teria sido amarrada praticamente nua e colocada dentro de um saco que foi içado por um helicóptero. Isto teria ocorrido nas proximidades de São Domingos do Araguaia.

A discrepância entre a data de sua morte, indicada no Relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, 08/02/1974, e os convergentes depoimentos apontando sua prisão em 02/01/1974 concorrem no sentido de confirmar que Jana foi presa viva. Tanto o livro de Hugo Studart, baseado no Dossiê Araguaia, quanto a série de matérias publicadas no jornal *O Globo* em 1996 apresentam como data de sua morte 11/02/1974, três dias depois da apontada pela Marinha.

Em Petrópolis, a cidade onde cresceu, existe hoje um centro público de obstetrícia que recebeu o nome Maternidade Jana Moroni Barroso.



### MARIA CÉLIA CORRÊA (1945-1974)

Número do processo: 041/96

Filiação: Irene Creder Corrêa e Edgar Corrêa

Data e local de nascimento: 30/04/1945, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 02/01/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Nascida no Rio de Janeiro, Maria Célia era bancária e estudante de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1971, como militante do PCdoB, foi viver na região do Araguaia, onde já se encontrava seu irmão, Elmo Corrêa, e sua cunhada Telma Regina Cordeiro Corrêa, ambos também desaparecidos naquela guerrilha. Pertenceu ao Destacamento A, sendo conhecida como Rosa. Era casada com João Carlos Campos Wisnesky, ex-estudante de Medicina na UFRJ, conhecido como Paulo Paquetá, que desertou da guerrilha. Mais tarde, Telma (Lia) manteve relacionamento com Divino Ferreira de Souza, que morreu em outubro de 1973.

Há discrepâncias entre as possíveis datas de sua morte ou desaparecimento, variando entre janeiro e meados de 1974. No texto de Tais Moraes e Eumano Silva, de *Operação Araguaia*, a prisão é assim narrada: "*Rosa, ou Rosinha, como a chamavam os camponeses, perdeu-se dos companheiros. Chega à casa de Manoelzinho das Duas – o sujeito vive com duas mulheres na mesma casa. Manoel tenta convencer a guerrilheira a se render. Muita gente está sofrendo por causa do conflito, argumenta o caboclo.*

*'Prefiro morrer do que me entregar', reage Rosinha.*

*Diante da negativa, Manoelzinho agarra a militante, domina-a e entrega ao delegado de São Domingos, Geraldo da Coló. Muitos moradores do vilarejo viram Rosinha viva, muito magra e suja, dentro de um carro parado na frente da cadeia.*

*Os militares levaram a guerrilheira para Bacaba".*

O relatório assinado, em 2002, por quatro procuradores do Ministério Público Federal, Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr. registra que Maria Célia foi vista presa: "*Rosinha: Maria Célia Corrêa, em São Domingos do Araguaia, amarrada e, depois, dentro de um carro preto. Também foi vista na base militar da Bacaba, em janeiro de 1974. Teria sido presa pela equipe guiada por Manoel Leal Lima (Vanu).*"

O livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, informa que o Dossiê Araguaia também registra a morte de Maria Célia como ocorrida em janeiro de 1974. E acrescenta: "*Teria havido um debate entre os próprios militares sobre a necessidade ou não de executá-la, já que, argumentavam alguns oficiais, Rosa não oferecia perigo. A decisão final foi a de cumprir as ordens superiores de não fazer prisioneiros.*"

Consta no processo junto à CEMDP documento elaborado por Aldo Creder Corrêa, irmão de Maria Célia, informando que, após longos anos de pesquisa, seu pai, Edgar Corrêa, chegou à conclusão de que "*todos os indícios apontam na direção de que Maria Célia foi presa viva*". Baseando-se nessa conclusão, foi impetrado *habeas-corpus* junto ao Tribunal Federal de Recursos, em 28 de maio de 1981, que foi negado a partir das informações prestadas pelo chefe de gabinete do Ministério do Exército. Escreveu esse oficial do Exército, coronel Oswaldo Pereira Gomes, mais tarde general e representante das Forças Armadas na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: "*...declaro que, compulsando os arquivos da Assessoria no Judiciário do Ministro do Exército, não encontrei registro algum, nos processos relativos à Lei de Segurança Nacional, sobre custódia ou qualquer outro tipo de cerceamento de liberdade exercido sobre a referida pessoa. Brasília, DF, 21 de maio de 1981.*"

O processo traz ainda um recorte do jornal *O Globo*, do dia 02/05/1996, onde Manuel Leal Lima declara que "*um helicóptero aterrissou trazendo três prisioneiros – Antônio de Pádua, o Piauí, Luís Renê da Silva, o Duda e Maria Célia Corrêa, a Rosinha. Um oficial ordenou que os presos, todos com os olhos vendados, saíssem do avião e andassem cinco passos em direção ao rio, com as mãos na cabeça. Em seguida, centenas de tiros foram disparados contra eles*". Em função desse depoimento os familiares pediram a interdição do local descrito por Manuel Leal Lima, para em seguida promover a busca dos restos mortais de Maria Célia.



### RODOLFO DE CARVALHO TROIANO (1950-1974)

Número do processo: 034/96

Filiação: Geny de Carvalho Troiano e Rodolfo Troiano

Data e local de nascimento: 02/04/1950, Juiz de Fora (MG)

Organização política ou atividade: PCdoB

Data do desaparecimento: 12/01/1974

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95